



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA 
EDIÇÕES

 *editora*
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Roberto Cidade
Governador Interino

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito
Ambiental**

EQUIDADE:

**Revista Eletrônica de Direito da
Universidade do Estado do Amazonas**

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA
Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Prof^ª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -
UEA

Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA
Editores Chefe

Prof^ª. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. MSc. Helder Brandão Góes, UEA
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP
Prof^ª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Prof^ª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA

Conselho Editorial

Prof^ª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Prof^ª Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

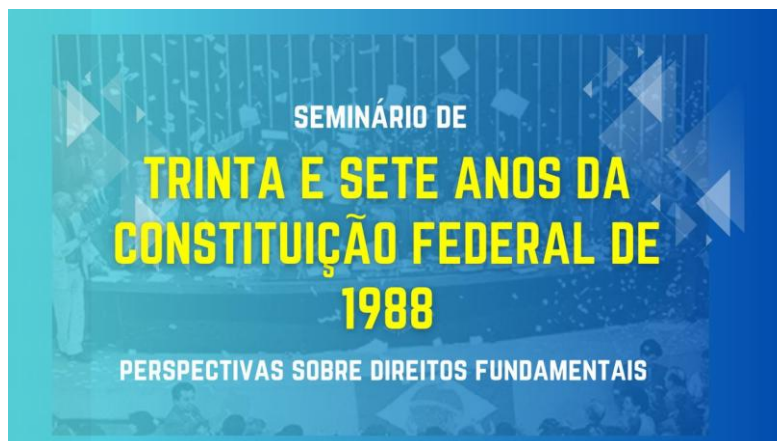
Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

Avaliadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Primeira revisão e revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988: Perspectivas
Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

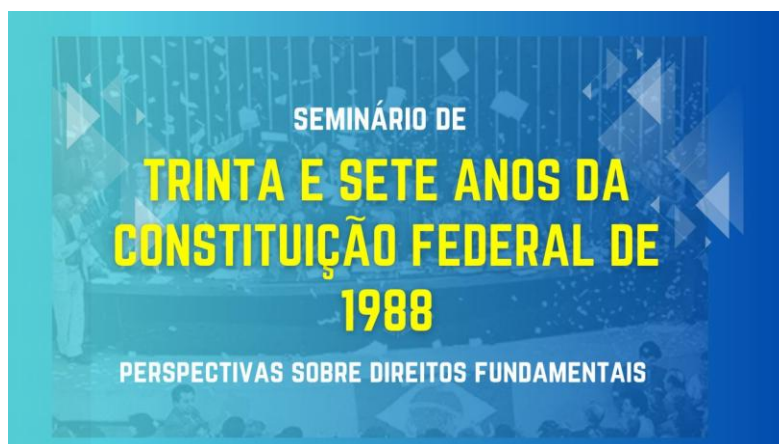
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte

Organizadores

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Profa. Esp. Ana Vilma Santana Munhoz
Profa. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Adv. Katrine Castro Sarmento
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima

Comissão científica do evento

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988: Perspectivas
Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima	Ana Clara Sarmento Cabral
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar	Andria da Costa Pereira
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte	Elias Nunes Pereira
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira	Elis Helena Castro Medeiros
Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Emilly Victória Batista do Santos
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Profa. Esp. BiankaCaelli Barreto Rodrigues	João Victor Osvaldo Souza
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Letícia de Lira Gomes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Katrine Castro Sarmento	Nilvana Linhares Fernandes
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nycolas Matos Carvalho
	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão Organizadora

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988: Perspectivas
Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Comissão de Formataadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Júnior
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Avaliadores

Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Elis Helena Castro Medeiros
Prof. Esp. Bianka Caelli Barreto	Emilly Victória Batista do Santos
Rodrigues	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Prof. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	João Victor Osvaldo Souza
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Adv. Katrine Castro Sarmento	Marcelo Damasceno Rodrigues
Profa. MSc. Lucia Helena Santana	Nilvana Linhares Fernandes
Ferreira	Nycolas Matos Carvalho
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo	Pedro Luís da Silva Teles
Lima	Rafael Mousinho do Amaral
Ana Clara Sarmento Cabral	Rebeca de Lima Nogueira
Andria da Costa Pereira	Karine Galvão Lima

Comissão de revisores - Primeira revisão

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Esp. Roberta Priscila de Araújo Lima
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. Esp. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Comissão de revisores - Revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira
responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

LIMA, Neuton Alves de Lima; AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; ARAÚJO, Glaucia Maria Ribeiro de; NORTE, Naira Neila Batista de Oliveira Norte. Anais do Seminário 37 anos da Constituição Federal de 1988: perspectivas sobre Direitos Fundamentais. **Equidade:** Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. N^o 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

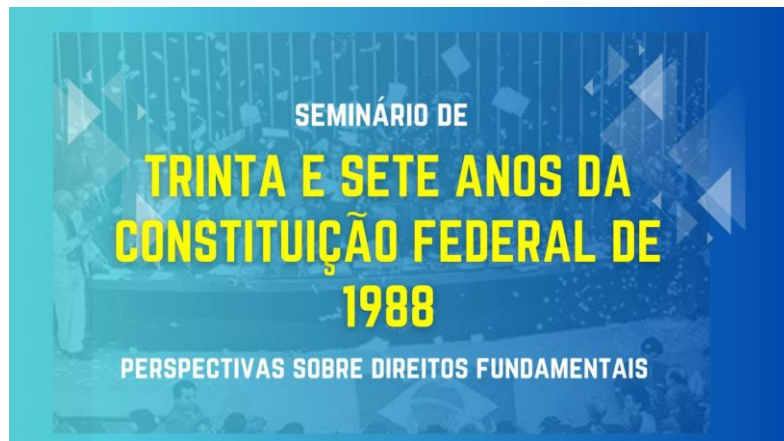
Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



APRESENTAÇÃO

A presente publicação é um volume da Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, vinculada ao Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, e reúne os Anais do Seminário 37 Anos da Constituição Federal de 1988: Perspectivas sobre Direitos Fundamentais, realizado em Manaus no ano de 2025.

O evento teve como objetivo promover a análise crítica e interdisciplinar dos Direitos Fundamentais consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considerando os avanços normativos, os desafios estruturais e as tensões sociais que permeiam sua efetivação no contexto brasileiro contemporâneo. A Constituição de 1988, marco jurídico da redemocratização nacional, permanece como referência normativa central na consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil, sendo objeto de contínua interpretação, aplicação e contestação.

Os trabalhos apresentados e compilados neste volume abordam temáticas constitucionais, com ênfase nas especificidades da região amazônica. A abordagem adotada privilegia o rigor metodológico, o pluralismo teórico e a relevância social das discussões, reafirmando o papel da universidade pública como espaço de produção de conhecimento comprometido com a transformação democrática.

A publicação dos Anais visa contribuir para o aprofundamento das pesquisas jurídicas e para o fortalecimento do debate acadêmico sobre os direitos fundamentais, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e para a atuação crítica dos operadores do direito, em especial quando se trata da Amazônia, pensada por amazônidas e/ou erradicados nela. Espera-se que este volume constitua referência para futuros estudos e iniciativas voltadas à promoção da justiça, da equidade e da sustentabilidade.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

A Constituição Federal de 1988 instituiu um novo paradigma jurídico no Brasil, assentado na centralidade dos direitos fundamentais e na afirmação do Estado Democrático e social de Direito. Esse marco normativo não apenas reorganizou as estruturas institucionais, como também redefiniu os contornos da cidadania, ampliando o espectro de proteção jurídica aos indivíduos e coletividades. A positivação de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais consolidou um modelo constitucional abrangente, cuja efetividade permanece como desafio constante diante das desigualdades estruturais do país.

A análise dos direitos fundamentais sob a ótica da Constituição de 1988 exige a consideração de múltiplas dimensões: normativas, políticas, históricas e sociais. A interpretação constitucional, nesse contexto, não se limita à literalidade dos dispositivos, mas demanda uma hermenêutica comprometida com a promoção da dignidade humana, da justiça social e da inclusão. A atuação dos tribunais superiores, especialmente do Supremo Tribunal Federal, tem desempenhado papel relevante na concretização desses direitos, embora também suscite debates sobre ativismo judicial e limites da jurisdição constitucional.

No campo dos direitos sociais, observa-se que a Constituição de 1988 estabeleceu garantias importantes, como o direito à saúde, à educação, ao trabalho e à previdência social. Contudo, a realização plena desses direitos depende de políticas públicas eficazes, financiamento adequado e gestão democrática. A tensão entre o texto constitucional e a realidade empírica revela a necessidade de fortalecimento institucional e de participação cidadã como mecanismos de controle e exigibilidade dos direitos previstos.

A perspectiva regional, especialmente no contexto amazônico, impõe a consideração de especificidades culturais, ambientais e socioeconômicas que influenciam diretamente a aplicação dos direitos fundamentais. A proteção dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e do meio ambiente assume relevância estratégica, não apenas pela riqueza biológica da região, mas também pela complexidade das relações entre desenvolvimento, sustentabilidade e justiça social. A Constituição de 1988 oferece instrumentos normativos para essa proteção, cuja efetividade requer compromisso político e jurídico contínuo.

Por fim, a celebração dos 37 anos da Constituição Federal de 1988 constitui oportunidade para reavaliar os avanços obtidos e os obstáculos persistentes na consolidação dos direitos fundamentais. A produção acadêmica, como a que se apresenta neste volume,

Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico

contribui para o aprofundamento crítico das questões constitucionais e para o fortalecimento da cultura jurídica democrática. A reflexão sobre os direitos fundamentais, nesse sentido, não se encerra no plano teórico, mas se projeta como prática transformadora voltada à construção de uma sociedade mais equitativa e plural.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte

**SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA SOCIAL: O PAPEL DA POLÍCIA
MILITAR NA DEFESA DA POPULAÇÃO RIBEIRINHA**

*SECURITY AND SOCIAL JUSTICE: THE ROLE OF THE MILITARY POLICE IN THE
DEFENSE OF RIVERSIDE POPULATIONS*

**Leovanio Castro Almeida¹
Eduardo de Oliveira Melo²
Denison Melo de Aguiar³
Neuton Alves de Lima⁴
Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁵**

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) consolidou os direitos fundamentais como pilares do Estado Democrático de Direito, vinculando segurança

¹Bacharel em Direito pela Escola Superior Batista do Amazonas-ESBAM, Bacharel em Educação Física Pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Pós-graduado em Direito Constitucional pela Universidade Cândido Mendes-UCAM, Pós-graduado em Personal Trainer pela Universidade Internacional-UNINTER, Pós-graduado em Segurança Pública pela Faculdade IBRA, Graduando em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA – *e-mail*: leoatn@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2989755546942315>.

²Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Norte, Graduando em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas – *e-mail*: eduardoomeloo@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2940224345045899>

³Denison Melo de Aguiar. Pós-doutor em Direito pela UniSalento (Itália-2025). Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARBiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: denisonaguiarx@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>;

⁴Professor da Escola de Direito da UEA e dos Programa de Mestrado em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais - CEC/UEA. Contato: nalima@uea.edu.br.

⁵Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Contato: fpascarellilopes@icloud.com

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988: Perspectivas
Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

pública e justiça social à promoção da dignidade humana. No contexto amazônico, as populações ribeirinhas enfrentam vulnerabilidades acentuadas pela ausência de serviços básicos como saúde, educação, saneamento e transporte.

De acordo com Takakashi (2021, p. 34–35; p. 45), moradores ribeirinhos da Floresta Nacional de Pau Rosa recorrem a práticas tradicionais e remédios caseiros diante da dificuldade de acesso aos serviços de saúde, agravada pelas barreiras geográficas e pelos custos de deslocamento. Essa realidade compromete o exercício de direitos fundamentais, em especial o direito à saúde, e reflete o déficit de políticas públicas que deveriam garantir o mínimo existencial.

Em muitos desses territórios, a Polícia Militar representa a única presença efetiva e regular do Estado, assumindo funções que extrapolam o policiamento repressivo, atuando como mediadora de demandas comunitárias e defensora de direitos fundamentais.

2. JUSTIFICATIVA

A relevância deste estudo decorre da necessidade de compreender como a Polícia Militar atua em comunidades ribeirinhas da Amazônia, onde a ausência de políticas públicas básicas amplia vulnerabilidades sociais e compromete direitos fundamentais. Nessas localidades, a instituição policial frequentemente assume funções estatais ampliadas, como mediação de conflitos e proteção da dignidade humana (SILVA FILHO; BRILHANTE, 2018, p. 2 e p. 6).

De forma complementar, observa-se que, em áreas amazônicas isoladas, até mesmo as Forças Armadas figuram como a única presença estatal efetiva, prestando serviços essenciais como transporte, saúde e segurança (MACHADO; MELO, 2024, p. 463–464). Esse cenário reforça a pertinência científica de investigar a Polícia Militar como referência imediata de defesa social, contribuindo para o debate sobre segurança pública e justiça social em territórios vulneráveis.

2. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o papel da Polícia Militar na defesa da população ribeirinha amazônica, à luz da segurança pública e da justiça social previstas na Constituição de 1988.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988: Perspectivas
Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar os déficits de acesso a serviços básicos em comunidades ribeirinhas, considerando como tais limitações impactam o exercício dos direitos fundamentais.

Avaliar a presença e a atuação da Polícia Militar em localidades amazônicas onde figura como principal referência estatal, examinando seus limites e possibilidades no campo da defesa social.

Projetar formas de integração entre o policiamento comunitário e as políticas públicas sociais, de modo a fortalecer a segurança pública como instrumento de justiça social e de efetivação de direitos.

3. PROBLEMA E HIPÓTESE

Como a Polícia Militar pode contribuir para a efetivação dos direitos fundamentais e da justiça social em comunidades ribeirinhas onde há escassez de serviços públicos e ela é, muitas vezes, a única presença estatal de referência?

Espera-se que a atuação da Polícia Militar, quando orientada pelos princípios constitucionais e articulada ao policiamento comunitário, configure-se como instrumento de defesa social, capaz de suprir parcialmente a ausência de políticas públicas e reduzir vulnerabilidades históricas das populações ribeirinhas.

4. METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, voltada à compreensão das vulnerabilidades sociais em comunidades ribeirinhas da Amazônia. O percurso metodológico inicia-se com a revisão bibliográfica e documental de legislações, relatórios institucionais e literatura especializada sobre segurança pública, justiça social e direitos fundamentais. Conforme apontam Lakatos e Marconi (2017, p. 44), a metodologia científica deve articular concepções teóricas, técnicas de investigação e instrumentos de coleta de informações, de modo a permitir que a realidade estudada seja analisada de forma sistemática e objetiva. Assim, serão examinados documentos normativos e estudos acadêmicos, organizados em categorias temáticas como ausência de políticas públicas, vulnerabilidade social e papel da Polícia Militar. Por fim, será realizada uma análise crítico-interpretativa, buscando confrontar os princípios

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988: Perspectivas
Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

constitucionais de dignidade da pessoa humana e justiça social com a prática policial em territórios ribeirinhos, identificando tanto os limites quanto as potencialidades dessa atuação.

5. RESULTADOS

Espera-se demonstrar que a ausência de políticas públicas essenciais compromete o mínimo existencial das comunidades ribeirinhas, reforçando a percepção da Polícia Militar como principal presença estatal. Projeta-se que, ao adotar práticas de policiamento comunitário e mediação social, a instituição possa reduzir vulnerabilidades locais e fortalecer vínculos de confiança com a população. Como contribuição, prevê-se que a pesquisa aponte caminhos para integrar segurança pública e políticas sociais, consolidando a segurança como instrumento de justiça social e efetivação de direitos fundamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permite identificar que a ausência de políticas públicas essenciais compromete a dignidade das populações ribeirinhas e reforça a percepção da Polícia Militar como principal presença estatal. Os objetivos foram atendidos ao evidenciar a relação entre segurança pública e justiça social, apontando a possibilidade de a Polícia Militar assumir papel de garantidora de direitos fundamentais. A hipótese formulada mostrou-se válida, na medida em que práticas de policiamento comunitário e mediação social revelam potencial para reduzir vulnerabilidades locais e fortalecer vínculos entre Estado e cidadãos.

Como perspectiva para o futuro, espera-se que a pesquisa estimule a formulação de políticas intersetoriais capazes de integrar segurança pública e ações sociais, ampliando a presença do Estado em áreas isoladas da Amazônia. Os resultados podem ser aplicados como referência para aprimorar programas de policiamento comunitário, subsidiar ações de formação policial e fomentar estratégias de justiça social em contextos de difícil acesso.

REFERÊNCIAS

BRAGA, André do R.; OLIVEIRA, J. R. C.; COSTA, J. C.; ALMEIDA, J. L. A

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988: Perspectivas
Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

“pirataria fluvial” na Amazônia: rastros para a segurança pública fluvial. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 1-25, 2025. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1984>. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 set. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MACHADO, Cristiane P.; MELO, Fabiano M. As Forças Armadas, o Ministério Público Militar e as comunidades indígenas. Revista do Ministério Público Militar, Brasília, v. 51, n. 42, p. 463-464, 2024. Disponível em: <https://revista.mpm.mp.br/rmpm/article/view/402>. Acesso em: 21 set. 2025.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da; BRILHANTE, Disney de Lima. A garantia dos direitos humanos na Polícia Militar do Estado do Amazonas. Nova Hileia | Revista Eletrônica de Direito Ambiental da Amazônia, Manaus, v. 1, n. 3, dez. 2018, p. 2-6. Disponível em: <https://periodicos.uea.edu.br/index.php/novahileia/article/view/1264>. Acesso em: 21 set. 2025.

TAKAKASHI, Cinthia Lopes. Condições de vida e saúde de ribeirinhos da Floresta Nacional de Pau Rosa, Amazonas. Manaus: UFAM, 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, 2021. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8683>. Acesso em: 20 set. 2025.

PALAVRAS-CHAVE: segurança pública; Polícia Militar; justiça social; direitos fundamentais; população ribeirinha.

KEY WORDS: *public security; Military Police; social justice; fundamental rights; riverside population.*